

Análisis de las conjeturas de represión y resistência obrera en petrobras durante la dictadura empresarial militar en Brasil (1964-1985)

Alex de Souza Ivo¹

Resumen

Esta comunicação pretende discutir três diferentes momentos de acirramento da repressão ao movimento sindical dentro da Petrobras, durante o regime ditatorial brasileiro. O primeiro deles é concomitante ao Golpe de 1964, quando tropas atuaram em praticamente todas as unidades da estatal visando desbaratar a ação sindical e submeter os operários da companhia a um novo e rígido modelo de disciplina e controle patronal. Desta ação, nasceu uma estrutura de vigilância, investigação e repressão que se manteve de pé durante todo o regime, a Divisão de Segurança e Informações (DIVIN). Em 1968 lideranças sindicais fundaram a Federação Nacional Livre dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo (FENAPE), que foi duramente reprimida, seus líderes foram presos, demitidos e entidades sindicais postas novamente sob intervenção. O último momento se dá quando o Brasil vivenciava a retomada das mobilizações operárias. Neste contexto, em 1983, duas unidades da empresa deflagram uma greve. A resposta da ditadura foi a mesma: repressão, demissões em massa e intervenção sobre as agremiações sindicais. Com a análise destes três contextos objetivamos ampliar a compreensão acerca dos mecanismos de controle e coerção contra os trabalhadores, lançando luz sobre as violações de direitos praticadas reiteradamente no período em questão.

¹ Professor do Instituto Federal da Bahia (Brasil). - alexivo@gmail.com

Análisis de las conjeturas de represión y resistência obrera en petrobras durante la dictadura empresarial militar en Brasil (1964-1985)

Este texto advém de uma pesquisa de caráter coletivo, realizada no âmbito do projeto intitulado “A responsabilidade das empresas por violações a direitos durante a Ditadura: o caso Petrobras”. Seu objetivo é discutir três diferentes momentos de acirramento da repressão ao movimento sindical dentro da Petrobras, durante o regime ditatorial brasileiro.

Contudo, antes de apresentar as os momentos históricos em questão e suas respectivas especificidades, cabe dizer algumas palavras sobre a importância da Petrobras para o desenvolvimento industrial e a economia brasileira, pois a forma como a repressão aos trabalhadores e suas organizações políticas se desencadeou na companhia guarda relação com a própria relevância da estatal para o país. Além disso, é relevante traçar algumas linhas sobre o movimento sindical, especialmente a ação das entidades petroleiras antes do golpe de 1964.

A Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) nasceu em outubro de 1953, como parte dos esforços e também de um amplo e acalorado debate acerca das potencialidades da prospecção e da industrialização de derivados de petróleo no país. Sua composição, como uma empresa de economia mista – com controle acionário e político exercido pela união – visava garantir a sua viabilidade econômica e também atender às expectativas de caráter estratégico, os anseios provenientes do debate acerca da soberania e da defesa nacional e, sobretudo, as demandas provenientes de uma ampla e empolgante campanha popular que defendeu fervorosamente a tese da viabilidade do monopólio estatal do petróleo (Cohn, 1968).

Em abril de 1964, com uma década de efetiva existência, a Petrobras contava com um parque de refinarias e oleodutos em destacada expansão, realizava prospecção em diversos locais do país e empregava pouco mais de 30 mil trabalhadores. Estes, por sua vez, viviam um processo de intensa mobilização e acumulavam prestígio políticos e vitórias cotidianas dentro da empresa. Via de regra, as organizações sindicais dos petroleiros assumiram um discurso nacionalista, que entrelaçava o interesse da empresa com o interesse dos seus operários e da própria classe trabalhadora brasileira. Para o sindicalismo petroleiro, classe e nação se articulavam de maneira coesa e coerente.

Talvez por esse motivo, abril de 1964 tenha sido tão traumático e impactante para essa categoria de trabalhadores.

O movimento sindical esteve no centro da crise que resultou na deposição do presidente João Goulart. As origens trabalhistas do presidente, associada ao anticomunismo típico da Guerra Fria, fundamentavam as teorias que supunham que Jango – apoiado pelo movimento sindical – preparava uma conspiração e poderia implantar no Brasil, com o apoio das organizações sindicais, uma ditadura nos moldes peronistas (Fico, 2008; 90). Este era um dos motivos que fazia com que a esquerda sindical, organizada em um sem número de sindicatos combativos e no CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), fosse tida como um personagem indesejado. Desta maneira, não foram poucas as vozes que impuseram como condição para apoiar a permanência de Goulart no cargo que ele se afastasse dos sindicatos e não colocasse nenhum óbice ao emprego de punições contra algumas lideranças operárias (Oliveira, 1976; 56-57).

No que diz respeito à Petrobras, havia uma série de críticas tanto à política de pessoal da empresa quanto à ação do movimento sindical. Por exemplo, em novembro de 1963, um jornal apresentou uma lista contendo supostos valores da remuneração dos trabalhadores da estatal e os comparou com os pagamentos recebidos pelos membros das Forças Armadas².

Não resta dúvida que a intenção era construir junto à opinião pública um imaginário de que os petroleiros eram privilegiados, que reclamavam de barriga cheia e que suas mobilizações eram motivadas por interesses pouco legítimos. Contudo, a mais notória peça publicitária disfarçada de jornalismo que circulou nos anos que antecederam o golpe foi o editorial do jornal baiano *A Tarde*, intitulado “O Soviet de Mataripe”³.

Nele, buscava-se sustentar o argumento de que a mais antiga refinaria estatal do Brasil havia sido tomada pelos comunistas, que abalavam os princípios da autoridade, inviabilizavam a produção e punham em risco o sucesso da própria empresa.

² “Faxineiro da Petrobras ganha como sub-oficial”. Diário de Notícias, 19/11/1963.

³ “O Soviet de Mataripe”. *A Tarde*, 30/11/1962.

O golpe de 1964 e a “operação limpeza” na petrobras

Diante do quadro apresentado até aqui, não causa espanto o fato de que as unidades da companhia foram imediatamente ocupadas em abril de 1964, os sindicatos de petroleiros foram objeto de intervenção do Ministério do Trabalho, muitas lideranças foram presas e um grande número de trabalhadores foi submetido a processos e mais tarde demitidos da Petrobras.

As primeiras ações das forças golpistas contra os trabalhadores da Petrobras foram marcadas por muita violência e um constante clima de terror. Seu objetivo era garantir o efetivo controle sobre o parque de extração e refino de petróleo no Brasil, bem como executar os primeiros movimentos da chamada “operação limpeza”, cujo objetivo era retirar de circulação as principais lideranças identificadas com as bandeiras da esquerda e defensoras das reformas de base. As tropas do Exército Brasileiro atuaram em praticamente todas as unidades da estatal visando desbaratar a ação sindical e submeter os operários da companhia a um novo e rígido modelo de disciplina e controle patronal.

As cenas de terror e violência foram imediatas. Conforme aponta Carlos Freitas, o chamado “Alojamento 200” da Refinaria Landulpho Alves – Mataripe (RLAM), já em 2 de abril, foi transformado em um centro de torturas. Conforme o autor, pelo menos quatro trabalhadores foram seviciados naquele local. Um deles “teria perdido as unhas das mãos por conta da violência”. Mais adiante citando o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade da Bahia, Freitas fala de um outro petroleiro que “teve ossos quebrados, unhas arrancadas e testículos quebrados” (Freitas, 2020; 83-85).

O número das vítimas da violência ocorrida nas instalações da Petrobras parece ser maior do que o apresentado por Freitas. Somente na Bahia, localizamos indícios de pelo menos mais dois trabalhadores que sofreram com tortura já nos primeiros dias da ditadura. O primeiro deles foi o vigilante Manoel Jerônimo de Carvalho, preso nas instalações da empresa a 4 de abril. Segundo relatos de seus colegas e outros registros documentais esparsos, Carvalho, após as sessões de tortura, atentou contra a própria vida, jogando-se debaixo de um trem. Além dele, o petroleiro Milton de Sá Carvalho carregou as sequelas da violência por toda a sua vida, pois terminou os seus dias cego em razão da violência a que fora submetido (Oliveira Jr, 1995; 195).

Concomitantemente aos movimentos iniciais de violência e repressão, a Petrobras buscava aperfeiçoar os seus mecanismos de vigilância, repressão e punição contra os trabalhadores. Para tanto, conforme determinava o Ato Institucional nº 1, ainda em meados de abril de 1964, foi instalada na empresa uma Comissão Geral de Investigações (CGI). Ela executou um trabalho articulado entre os comandos militares e os gestores da empresa a fim de, conforme o linguajar da época, “descomunistizar” a companhia.

Com o objetivo de aprofundar as investigações e viabilizar a aplicação de punições contra os trabalhadores, conforme demonstram Praun e Costa, foram designados dezesseis oficiais militares para executar os serviços de investigação e definir quais seriam as penalidades empregadas contra os petroleiros que fossem considerados culpados pelo processo de subversão que teria vigorado na empresa (Costa e Praun, 2016; 15).

Os trabalhos da CGI duraram até outubro de 1964. Ao final de todo o processo, os funcionários de unidades da Petrobras espalhadas por pelo menos doze estados brasileiros tiveram seu histórico profissional e suas vidas devassados pelos investigadores a serviço da empresa e da ditadura. Aproximadamente 1500 trabalhadores foram investigados. Destes, setecentos e dezesseis responderam um Inquérito Policial Militar (IPM) (Brasil, 2014; 66).

As demissões atingiram um total de 515 funcionários da estatal. Em estudo anterior, apontamos que essas demissões precisam ser compreendidas também pelo seu aspecto pedagógico, pois, segundo a lógica dos dirigentes da empresa e da ditadura, as pessoas que permaneceram empregadas na Petrobras deveriam, a partir daquele momento, se esquivar do mundo da política e da prática sindical, exceto quando a aproximação servisse aos interesses do regime ditatorial (Ivo, 2018; 96).

TABELA 1

QUANTITATIVO DE DEDITIDOS POR ESTADO

ESTADO	DEMITIDOS
Alagoas	10
Amazonas e Pará	25
Bahia	121

Ceará	2
Guanabara	58
Maranhão	5
Minas Gerais	13
Paraná	8
Rio de Janeiro	193
Rio Grande do Sul	36
São Paulo	54
TOTAL	515

Fonte: Relatório Final da Comissão Geral de Investigações.

No decorrer dos trabalhos da CGI, é possível perceber que a direção da estatal não poupava esforços para conferir uma aura de legalidade às arbitrariedades políticas e às violações de direitos que estavam sendo perpetradas. Para atingir tal intento, por exemplo, procurou categorizar os trabalhadores demitidos conforme alguns enquadramentos legais: trabalhadores estáveis – demissão por justa causa;

Além disso, documentação remetido pelo então tenente coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, em no nome do Serviço Federal de Informação e Contra Informação, denota que já em maio de 1964 a administração da Petrobras enviava informações de seus trabalhadores para as instâncias policiais do Estado brasileiro⁴. Na missiva, citava-se a existência de uma lista com o nome de 627 trabalhadores da empresa que estariam “comprometidos por comunismo, extremismo ou ativismo de esquerda”.

Nesse meio tempo, ainda no primeiro semestre de 1964, a própria direção da empresa já se movia em busca da institucionalização de uma estrutura de vigilância política contra os seus trabalhadores. Com este objetivo, o presidente da empresa se dirigiu à diretoria da estatal pleiteando um valor fixo mensal de um milhão e meio de cruzeiros. Esta quantia seria destinada ao pagamento de custos com a investigação e controle dos seus funcionários⁵. A documentação consultada sugere ainda que neste

⁴ “Ofício nº62 (SFICI/64) de 15 de maio de 1964”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU 002, fl. 188.

⁵ “Correspondência da Presidência da Petrobras à Diretoria Executiva da Empresa”. Brasil. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). Fundo: Arthur Levy, REF: AL p cg 1964.01.30 I- 99.

mesmo período cogitou-se a instalação de uma unidade militar dentro da Refinaria Landulpho Alves – Mataripe, obra que contaria, inclusive, com o financiamento da Petrobras. Uma outra possibilidade aventada foi a instalação de uma “companhia de fuzileiros reforçada” nas regiões dos campos de petróleo da Bahia. Esse destacamento poderia servir de base para uma eventual ocupação dos locais de extração de petróleo pelas forças armadas⁶. Mesmo não sendo consensual e não tendo sido posta em prática, a proposta revela o quão tenso era o cenário dentro da Petrobras e o quanto que os militares no poder e os dirigentes da empresa estavam dispostos a endurecer o jogo. No mês de outubro, no mesmo momento em que a CGI encerrava seus trabalhos, a diretoria da Petrobras discutia a criação do Serviço de Segurança da Petrobras⁷.

A institucionalização completa da estrutura repressiva dentro da estatal viria, contudo, em agosto de 1965, com a criação do Serviço de Informações da Petrobras (SIPE), que mais tarde seria denominado Divisão de Informações (DIVIN)⁸. Esta estrutura, não obstante tenha passado por uma série de reformulações durante os longos anos da ditadura, manteve-se de pé durante todo o regime e cumpriu a função de exercer o controle sobre as ações coletivas e individuais dos trabalhadores do petróleo.

1968 – Tentativa de recomeço e nova onda repressiva

No decorrer do ano de 1968, o movimento sindical dos petroleiros voltou a investir em um processo de mobilização que buscava construir ações políticas comuns entre as agremiações sindicais que representavam trabalhadores lotados nas mais distintas unidades da Petrobras espalhadas pelo país. Chegar a este ponto de articulação não foi um processo fácil, pois a onda de intervenções sindicais, as demissões e as prisões arbitrárias conseguiram inibir por um bom tempo as iniciativas mais autônomas e ousadas dos trabalhadores da estatal.

⁶ “Relatório do General Thório Benedro de Souza Mendes encaminhado a Adolpho Roca Dieguez, referente à sua viagem à Bahia para tratar das investigações acerca das atividades subversivas” Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU 002, fl.39-40.

⁷ “Relatório Final da Comissão Geral de Investigações – Petrobras”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU 003, fls. 312-323.

⁸ “Funcionamento da DIVIN”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.SEG 002.

Na verdade, essa situação não era uma exclusividade da empresa petrolífera estatal. Conforme explica Nagasava, é razoavelmente difícil contabilizar com exatidão o total de sindicatos que sofreram intervenção nos primeiros anos da Ditadura Empresarial Militar. O fato é que a prática de recorrer ao artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho e tomar o controle das entidades sindicais foi um dos mecanismos usados recorrentemente pela ditadura para amordaçar o movimento sindical. Ainda de acordo com a autora, é um consenso que as intervenções, para além do debate quantitativo, precisam ser entendidas pelo seu caráter quantitativo, pois elas se concentraram, via de regra, nos sindicatos mais representativos e mobilizados (Nagasava, 2018; 127-124). Possivelmente por esse motivo, antes do final de 1964, todos os sindicatos de petroleiros estavam sob intervenção.

Antes de 1968, as organizações sindicais ensaiaram algumas ações razoavelmente tímidas, como entrega de memoriais às autoridades da empresa, participação em celebrações e realização de assembleias meramente formais, normalmente dedicadas a analisar as contas da agremiação. De toda sorte, apesar de todas as limitações típicas da conjuntura, é possível ver os trabalhadores se movimentando. Por exemplo, observamos em 1966 a realização de um encontro de líderes petroleiros que já aventava a possibilidade de criação de uma Federação Nacional de Trabalhadores do Petróleo. Neste mesmo encontro, a questão salarial foi debatida, os dirigentes sindicais advogaram um aumento de 73% e chegaram a cogitar a deflagração de uma greve caso sua principal reivindicação não fosse atendida (Ivo, 2018).

Mais tarde, no início de 1967, diante do novo texto constitucional brasileiro, os petroleiros tentaram colocar na rua uma campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo. Para as lideranças sindicais envolvidas, o artigo 162 da nova carta magna brasileira abria espaço para o fim do monopólio estatal e por isso os trabalhadores da Petrobras deveriam se movimentar fazendo uma espécie de reedição da *Campanha do Petróleo* (Ivo, 2018). Os militantes operários procuraram dirigentes da empresa e lideranças políticas civis, chegando a entregar um memorial ao presidente Castello Branco. Não obstante a simpatia de algumas autoridades, logo a movimentação passou a ser mal vista tanto na imprensa quanto pelos órgãos de vigilância da empresa. Com isso, o movimento perdeu força e a ação sindical dos petroleiros só voltaram a ganhar as manchetes no ano seguinte.

Na cidade de Belo Horizonte, em junho de 1968, ocorreu o V Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais de Petróleo. O evento contou com a participação de dirigentes de entidades de petroleiros, observadores de outras categorias profissionais e, como não poderia deixar de ser, foi vigiado de muito perto pelas autoridades policiais. Nele fundou-se a Federação Nacional Livre dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo (FENAPE). Segundo Paulo Rangel Sampaio Fernandes, presidente do Sindiquímica-Caxias e escolhido para comandar nova entidade, a federação estava amparada pelas convenções 87 e 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e que sua função seria unificar os trabalhadores da indústria do petróleo e petroquímica e facilitar o diálogo e as negociações com a direção da Petrobras.

QUADRO 1

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DA FENAPE

NOME	CARGO	SINDICATO
Paulo Sampaio	Presidente	Sindiquímica-Caxias
Marival Caldas	Vice-Presidente	Sindipetro-BA
Roberto Vieira	Secretário Geral	Sindipetro-Caxias
Antonio Jacinto Filho	Tesoureiro Geral	Sindipetro-Caxias
Autair Andrade	Primeiro Tesoureiro	Sindipetro-Caxias
Euvaldo Ferreira	Procurador	Stiep-BA
Rivaldo Gonçalves	Cargo Ilegível	Sindipetro-Cubatão

Fonte: Prontuário de Marival Nogueira Caldas junto à DIVIN-Petrobras.

Um dos objetivos da entidade era fazer uma campanha pública que percorreria diversas capitais do país. Dentro desse espírito, no mês seguinte, dirigentes petroleiros desembarcaram em Salvador. Além disso, já estavam programadas atividades para Aracaju, Maceió, Fortaleza, São Luís e Belém. Mais tarde, os sindicalistas iriam para as capitais do sul e sudeste do país, terminando a caravana na Guanabara, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), onde se realizaria um ato público em defesa da Petrobras.

Os dirigentes da empresa, por seu turno, foram imediatamente a público demonstrar sua insatisfação com os rumos da campanha. O diretor Adolfo Roca

Diegues qualificou as ações como obra de “baderneiros e agitadores”⁹. Arthur Candal da Fonseca, presidente da Petrobras, carregou as tintas do anticomunismo, dizendo que a ação operária ocorria pelas mãos de “uma minoria ignorante e demagógica que procura com mentiras cínicas, sublevar os empregados da empresa, exibindo uma falsa liderança”¹⁰.

Para melhor dimensionar o debate em curso, cabe deixarmos de observar as manifestações públicas das autoridades da empresa e dedicar atenção para as ações práticas que foram adotadas a partir daí. Em 17 de julho, tropas do I Exército invadiram as sedes do Sindiquimica-Caxias e do Sindipetro-Caxias. Seu objetivo era prender Paulo Sampaio, Roberto Vieira e Autair Andrade. Somente o primeiro dos procurados foi localizado e detido. Conforme relatório produzido pela DIVIN, o sindicalista foi enquadrado como “agitador e indiciado em Inquérito Policial-Militar referente a agitações estudantis ocorridas na área e atividades visando novas perturbações da ordem”¹¹.

Seus companheiros de militância, conforme relatório produzido por Marival Caldas, tiveram dificuldade em obter informações sobre o seu estado no cárcere, pois ele estava incomunicável conquanto a FENAPE já tivesse impetrado dois habeas-corpus em seu favor.

A notícia causou furor entre os dirigentes sindicais, mas não foi capaz de lhes levar à apatia. Ainda conforme as palavras de Caldas, mesmo com ordem para sua prisão já emitida na Bahia, ele conseguiu viajar até Caxias e assumir interinamente a presidência da federação. Antes de se esconder em um “local seguro”, o presidente do Sindipetro-BA esteve sob risco de prisão, pois ao transitar nas unidades da empresa, o pessoal a serviço da DIVIN começou a transmitir sua movimentação para as equipes do Exército. Mesmo assim, o sindicalista manteve um tom otimista e acreditava que havia acúmulo suficiente para uma luta franca contra os dirigentes da empresa¹².

Suas expectativas não foram confirmadas e nos meses seguintes teve início uma nova leva de intervenções nas entidades petroleiras, acompanhadas obviamente de

⁹ “General congratula-se com petroleiros pelo seu manifesto-denúncia”. *Jornal da Bahia*, 16/07/1968.

¹⁰ “Candal: quem fala contra a Petrobras é uma minoria ignorante”. *Jornal da Bahia*, 20/07/1968.

¹¹ “Ficha Informativa – DIVIN/Petrobras”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR 984, fls. 21-26.

¹² “Relatório da situação atual das atividades da FENAPE”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR 485, fls. 161-172.

demissões e prisões de trabalhadores. A primeira entidade a sentir esse gosto amargo foi o Sindipetro-BA, presidido pelo próprio Marival Caldas. No final da tarde de 5 de setembro, tropas da polícia federal e da polícia militar adentraram à sede do sindicato junto com Cícero Bahia Dantas, Delegado Regional do Trabalho na Bahia. Mais tarde seus dirigentes seriam demitidos da empresa e alguns deles presos.

No ano seguinte, já com base nos dispositivos emanado pelo AI-5 outras entidades seriam vítimas de intervenção ministerial. As informações levantadas até aqui dão conta que o Stiep-BA, Sindiquímica-Caxias, Sindipetro-Caxias e Sindipetro-AL/SE. O número de sindicatos atingidos tende a ser maior e somente o avançar dessa pesquisa trará uma visão mais detalhada sobre os danos e violações individuais e coletivas causados por essa nova onda de repressão. O que temos até então sugere que enfim as autoridades da ditadura conseguiram garantir um relativo silêncio por parte dos sindicatos de petroleiros.

A greve petroleira de 1983 – um novo ato repressivo durante a abertura política brasileira

A paz de cemitérios só viria a ser quebrada nos anos finais da ditadura. Em julho de 1983, os trabalhadores do petróleo voltariam a ganhar os holofotes ao realizar uma greve em duas de suas unidades. O movimento se deu durante a falência do projeto econômico da ditadura e guarda profunda relação com esse assunto. Para ser mais claro, a greve petroleira de 1983 foi feita em oposição ao Decreto nº 2036/83, o chamado decreto das estatais, que visava impor uma série de restrições às empresas públicas brasileiras e aos seus trabalhadores.

Com a inflação descontrolada, baixas reservas internacionais e vivenciando o crescimento paulatino da dívida externa brasileira, o governo no general Figueiredo buscou negociar recursos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A entidade financeira internacional, como de praxe, condicionou o empréstimo à adoção de uma série de medidas restritivas, que seriam postas em prática através do já citado decreto e impactavam os petroleiros com ameaça de corte de direitos. Segundo a avaliação das lideranças operárias, a aplicação sua aplicação resultaria em cortes salariais e ameaçava o emprego dos petroleiros (Ferreira, 2021; 340).

Conforme advoga Brant, as razões da greve eram ainda mais profundas. Com o movimento, os petroleiros assumiam se opunham à política econômica da ditadura e

cerravam fileiras contra as ameaças de privatização que rondavam – pelo menos no âmbito do discurso – o setor. Como bem salientou o autor, mais uma vez a ação dos petroleiros era orientada pela chamada “questão do patriotismo”. Ela “deslocava o alvo da greve da empresa para aqueles que definiam a política salarial e as relações de trabalho a partir de fora, do Ministério do Planejamento” (Brant, 1990; 19-30).

Contudo, antes de detalhar o movimento grevista e abordar as suas implicações para as entidades sindicais e os trabalhadores petroleiros, convém chamar atenção para dois aspectos conjunturais importantes. O primeiro deles diz respeito à anistia política. Aprovada em agosto de 1979, a lei de anistia reoxigenou a resistência à ditadura e as esquerdas brasileiras. Na Petrobras, ela permitiu que os trabalhadores vítimas de perseguição nos anos anteriores começassem a pleitear o direito de retornar aos seus postos de trabalho. Na verdade, quando o movimento grevista de 1983 ocorreu, alguns desses ativistas já haviam retornado à empresa. O segundo aspecto refere-se à própria dinâmica do movimento sindical brasileiro, que a partir da greve dos metalúrgicos do ABC paulista de maio de 1978, retomou um lugar de destaque no palco político brasileiro. Gradativamente os trabalhadores brasileiros voltavam a se organizar e questionavam os pressupostos do movimento sindical permitido e incentivado pela ditadura.

Assim, impulsionados pelos novos ares, os petroleiros prepararam o seu movimento grevista. No dia 6 de julho, iniciou-se o movimento grevista na Refinaria de Paulínia. A paralisação das atividades havia sido aprovada em uma concorrida assembleia realizada no dia anterior. De imediato, Shigaeki Ueki, presidente da empresa, demonstrou que a companhia não tinha interesse em negociar. O objetivo da direção da Petrobras era acabar rapidamente com a parede em Paulínia e impedir que outras unidades aderissem à greve. No mesmo dia 6, os trabalhadores da RLAM confirmaram que iniciariam sua greve no dia seguinte. Os petroleiros de São José dos Campos tentaram aderir ao movimento, mas a força policial impediu que eles atingissem seu objetivo. Assim, somente duas unidades da Petrobras entraram em greve. Foi a senha para a abertura de um novo ciclo de violência e punições.

Rapidamente o Ministério do Trabalho conseguiu garantir que a greve fosse declarada ilegal e decretou uma intervenção na diretoria dos dois sindicatos que conduziam o movimento. Na Bahia, tropas do Exército e da Polícia Militar ocuparam a refinaria. Em São Paulo, mesmo sem entrar no espaço fabril, as tropas das Forças

Armadas estiveram presentes e ajudaram a configurar um clima de medo e terror entre os trabalhadores e suas famílias.

Diante de tamanha pressão, a mobilização foi arrefecendo em 12 de julho o movimento se encerrava em ambas as unidades. Depois disso, coube às autoridades da empresa apurar as responsabilidades e punir os trabalhadores considerados culpados. O saldo das demissões foi bastante alto. No total 341 trabalhadores foram demitidos. 189 deles na unidade baiana e 152 em São Paulo (Lucena, 1997; 47).

Para se ter uma ideia do tamanho dessas punições, é interessante comparar esses números com as demissões de 1964. Para se ter ideia do quanto que as punições foram ostensivas, a cifra total trabalhadores dispensados, em somente duas refinarias, corresponde a cerca de 65% do total de demissões em toda a empresa no ano do golpe. Em 1983, somente na RLAM, foram demitidos mais trabalhadores do que o total de trabalhadores que deixaram a Petrobras por questões políticas em 1964 em todo o estado da Bahia Segundo Brant, quase 15% de toda a categoria petroleira de Paulínia perdeu seu emprego (Brant, 1990; 30).

Sintomaticamente, a ditadura encerrou sua relação com o movimento sindical petroleiro da mesma forma que começara: intervenção em entidades sindicais, perseguição política e demissões.

Palavras finais

No decorrer deste, foi possível identificar a permanência de elementos comum tanto na prática sindical dos petroleiros quanto nas estratégias repressivas da empresa e do governo ditatorial brasileiro. Para os sindicalistas, a sua ação nunca esteve restrita tão somente às demandas salariais ou aos debates encerrados dentro dos muros da empresa. Os petroleiros mostravam grande desenvoltura para discutir os rumos da estatal e também as políticas públicas do país. Os gestores da companhia e as autoridades políticas e policiais do país, por sua vez, não hesitaram em ter sempre ao alcance de suas mãos as principais ferramentas para reprimir os operários e seus órgãos de representação: vigilância e controle social, intervenções nas entidades, demissões e prisões.

Os resultados apresentados aqui ainda são bastante preliminares. Somente após o cruzamento com o restante da documentação da Divisão de Informações da Petrobras, o avanço na consulta aos acervos dos Ministérios do Trabalho e de Minas e Energia, a

consulta aos acervos das polícias estaduais e a realização de entrevistas teremos um quadro mais detalhado e completo das violações de direitos praticadas pela Petrobras e pela ditadura contra os seus trabalhadores e os seus órgãos de classe.

Bibliografia

Brant, Vinícius Caldeira (1990) *Paulínia – petróleo e política* (Brasil SP: Cebrap).

Brasil (2014) *Relatório da Comissão Nacional da Verdade – vol II* (Brasil: CNV).

Cohn, Gabriel (1958) *Petróleo e nacionalismo* (Brasil SP: Difel).

Costa, Cláudia e Praun, Luci 2016 “Pistas sobre a estrutura e as ações de repressão do Estado brasileiro no pós 1964 e sua configuração no interior da Petrobras” em *Revista do Arquivo* (São Paulo) ano 1, nº 2.

Ferreira, Luciana da Silva (2021) “A política econômica do governo Figueiredo, o endividamento externo e seus impactos macroeconômicos” em Araújo, Victor Leonardo de e Mattos, Fernando Augusto Mansor (Orgs.) *A economia brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações* (Brasil SP: Hucitec).

Fico, Carlos (2008) *O grande irmão – da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira* (Brasil RJ: Civilização Brasileira).

Freitas, Carlos Eduardo Soares de 2021 “A repressão de Estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: o caso dos petroleiros e bancários” em *Revista Continentes* (Rio de Janeiro) ano 9, nº 16.

Ivo, Alex de Souza 2018 “O sindicalismo petroleiro e a questão nacional, entre a democracia e a ditadura (Bahia, 1957-1968)”, Tese – Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia.

Lucena, Carlos Alberto (1997) *Aprendendo na luta – a história do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia* (Brasil SP: Publisher).

Nagasava, Heliene (2018) *O sindicato que a ditadura queria – o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967)* (Brasil SP: Paco Editorial).

Oliveira, Eliezer Rizzo de (1976) *As forças armadas: política e ideologia no Brasil – 1964-1969* (Brasil RJ: Vozes).

Oliveira Jr, Franklin (1995) *A usina dos sonhos: sindicalismo petroleiro – 1954-1964* (Brasil BA: EGBA).